

# TURISMO SUSTENTÁVEL: OPORTUNIDADE DE EMPREENDEDORISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Eduardo Mazzaferro Ehlers\*

Abstract

One of the paramount challenges of the 21st century is unquestionably to reconcile economic growth and environmental conservation. This is already taking place in some areas of the state of São Paulo, where enterprises that depend on benefiting from natural resources - in particular the various types of rural tourism - are already superseding activities that spoil the environment. In such territories - which this article calls conservationist zones - nature is no longer an obstacle, but rather the major trump card to economic growth.

Keywords: Eco-Tourism; Social Function; Sustainable Development; Social Change; Environmental Education.

## INTRODUÇÃO

O inquestionável compromisso com “desenvolvimento sustentável”, que se firmou a partir do final dos anos 1980, é uma clara manifestação de que se tornou imprescindível encontrar um modo menos destrutivo de crescimento econômico. Mas seria ilusório acreditar numa brusca guinada da estrutura institucional que foi sendo sedimentada durante os três últimos séculos. Ainda mais num momento da história em que a luta contra o desemprego induz à busca desenfreada por qualquer fórmula que possa favorecer o crescimento das economias nacionais (BAIROCH, 1997 apud VEIGA, 2000).<sup>1</sup>

Em tais circunstâncias, em vez de uma completa reorientação do processo de crescimento econômico, a busca da sustentabilidade parece depender muito mais do estímulo à simultânea retração de atividades que degradam o ambiente e do crescimento das que o conservam. Para que isso aconteça, é necessário que as últimas sejam mais vantajosas que as primeiras, o que requer a combinação de vários tipos de intervenções públicas de estímulo e dissuasão. O problema é que, tradicionalmente, as ações públicas são limitadas à criação e manutenção, muitas vezes deficitárias, de parques, reservas, estações ecológicas etc. Raramente essas intervenções têm como estratégia o financiamento de outras ações conservacionistas ou de iniciativas que estimulem um tipo de empreendedorismo capaz de gerar empregos e conservar a biodiversidade (VEIGA, 2000).<sup>2</sup>

É neste contexto que se insere a questão central discutida neste artigo: existem estratégias que permitam conciliar crescimento econômico e conservação ambiental? Em geral, predomina a visão segundo a qual a natureza é um obstáculo que deve ser removido para dar lugar ao progresso e ao desenvolvimento. Entretanto, discute-se a hipótese de que os empreendimentos que dependem diretamente do aproveitamento econômico do patrimônio natural, particularmente as diversas modalidades de turismo no meio rural, permitem conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. O efeito desses empreendimentos para o desenvolvimento tende a se ampliar quanto maior for a sua concentração em determinados territórios, é justamente o que vem ocorrendo em algumas regiões do País denominadas neste artigo como pólos conservacionistas.

## 1. PATRIMÔNIO NATURAL: TRUNFO OU OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO?

O ideal de desenvolvimento das regiões rurais sempre esteve muito mais associado à sua capacidade de “urbanização” do que à valorização de seus recursos naturais e culturais. Predomina a visão de que só permanecerão rurais as regiões que não conseguirem se desenvolver. Entretanto, o que vem ocorrendo em algumas regiões rurais de vários países é justamente o contrário, isto é, a valorização do patrimônio natural e cultural tem funcionado como um dos principais indutores da dinamização e do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000).<sup>3</sup>

As causas desse “renascimento” de algumas regiões rurais são ainda pouco conhecidas, mas, certamente, não estão relacionadas à tradicional divisão setorial que associa o rural ao agrícola. William Galston e Karen Baehler (1995)<sup>4</sup> identificaram três fases de desenvolvimento do meio rural norte-americano. Na primeira, a principal vantagem comparativa das regiões rurais era a possibilidade de exportar produtos primários, principalmente agrícolas, para os centros urbanos. O essencial era poder expedir para as cidades um volume crescente de mercadorias primárias: alimentos, fibras, madeira, minérios e energia. A segunda fase foi marcada pela transformação local desses bens antes de exportá-los às cidades, permitindo uma agregação de valor capaz de gerar muito mais empregos do que as atividades primárias (VEIGA, 1999).<sup>5</sup>

A terceira fase identificada por Galston e Baehler – a qual não exclui a ocorrência concomitante das fases anteriores – tem início por volta dos anos 1990, quando se intensificam as atividades ligadas à exploração das “amenidades” presentes no meio rural: a paisagem, o ar puro, a água limpa, o silêncio. As amenidades são heranças naturais ou culturais passíveis de serem apreciadas pelo seu valor estético, emocional ou, simplesmente, pela sua existência (GALSTON e BAEHLER, 1995).<sup>6</sup> Além dos aspectos éticos e afetivos, a possibilidade de relacionamento com as amenidades presentes no meio rural vem se tornando uma das mais promissoras fontes de geração de renda nos Estados Unidos (ABRAMOVAY, 2000).<sup>7</sup>

A vantagem comparativa de uma área rural em garantir sua sobrevivência por meio da exportação de commodities obviamente não desapareceu por completo, mas sua importância vem caindo lentamente. A dinamização econômica de uma região rural começou a

ser muito mais determinada pela captação de rendas urbanas que se transferem pela freqüente estadia de famílias que constroem segundas residências (chácaras de lazer, casas de veraneio), pela significativa imigração de aposentados, pela presença sazonal de famílias em férias, e pelas visitas dos mais diversos tipos de turistas, ecoturistas, esportistas, congressistas etc. (VEIGA, 2002).<sup>8</sup>

Ou seja, o dinamismo econômico do meio rural está cada vez mais atrelado à capacidade de explorar as amenidades presentes em territórios que puderam evitar ou impedir a degradação de seus patrimônios natural e cultural. As regiões rurais que hoje apresentam os maiores índices de desenvolvimento são as que fazem parte dessa terceira geração, e não as que apostaram nas passageiras vantagens comparativas de atividades primárias e industriais. A explicação para o dinamismo dessas regiões é bastante óbvia: o setor de serviços continua a expandir oportunidades de trabalho e de geração de renda enquanto a agropecuária e a indústria só diminuem o emprego de trabalho (VEIGA, 2002).<sup>9</sup>

No Brasil, a estratégia de ocupação do meio rural continua sendo essencialmente setorial, amparando-se na maximização da competitividade do chamado agribusiness (VEIGA, FAVARETO, BETTENCOURT et al., 2001).<sup>10</sup> Mas já há indícios de que o meio rural brasileiro está passando por profundas transformações nas últimas duas décadas. Além da agropecuária e da agroindústria, vem ganhando novos tipos de ocupação, principalmente em função do crescimento das diferentes modalidades de turismo e de lazer nos feriados e nos finais de semana (SILVA, 1997).<sup>11</sup>

Isso não significa, porém, que qualquer forma de exploração do turismo no meio rural possa ser considerada “sustentável” ou benéfica ao ambiente. No estado de São Paulo 61 municípios são considerados estâncias, sendo: 15 estâncias balneárias, 10 climáticas, 13 hidrominerais e 23 turísticas. As estâncias assumem o compromisso público de conservar seus atrativos históricos, artísticos, religiosos, seus recursos naturais ou paisagísticos, além de propiciar condições para atividades de lazer. Entretanto, analisando-se especificamente a variação da cobertura florestal nessas estâncias – um dos principais atrativos turísticos – os resultados são desanimadores. Apenas sete, dentre 61 estâncias, conseguiram ampliar a cobertura florestal Atlântica no período de 1990 a 1995, 28 mantiveram os mesmos níveis e 25, ou 41% dos municípios, tiveram suas florestas reduzidas em aproximadamente 2.200 hectares. A situação que mais chama a atenção é a das estâncias turísticas: das 25 existentes no Estado 13, ou 52%, perderam cobertura florestal.

Se as estâncias paulistas, principalmente as turísticas, não estão conseguindo manter sua cobertura florestal, pode-se supor que nos municípios nos quais as atividades de ecoturismo vêm crescendo a situação é bem distinta. Afinal, esta prática pressupõe o contato direto com a natureza e, portanto, a sua conservação. A literatura traz diversas evidências que, ao contrário do chamado “turismo de massa”, as distintas modalidades de turismo no meio rural, as chácaras de lazer, o agroturismo, o turismo de aventura e, particularmente, o ecoturismo, são muito mais sustentáveis. É o caso do agroturismo, que estimula mudanças de atitudes dos proprietários em diversas ações de manejo da propriedade, como aquelas relacionadas à qualidade dos recursos hídricos e à recuperação de áreas degradadas (CAMPANHOLA, 2001).<sup>12</sup> As chácaras de lazer também podem desempenhar um papel importante na manutenção ou mesmo ampliação da biodiversidade local. Em geral, expulsam as “grandes culturas” que empregam enormes quantidades de insumos químicos e estimulam a recomposição vegetal (GRAZIANO DA SILVA, e VILARINHO, DALE 1998).<sup>13</sup>

Entretanto, a análise da cobertura florestal Atlântica dos municípios paulistas que fazem parte dos oito Pólos de Ecoturismo identificados pela Embratur e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (MAGALHÃES, 2001)<sup>14</sup> revela uma indesejável surpresa: dos 66 municípios, 36 – mais da metade – perderam cobertura florestal, 10 mantiveram e 20 conseguiram ampliá-la. A Tabela nº1 mostra a variação da cobertura florestal no pólo da Região das Cuestas e no pólo do Vale do Ribeira de Iguape. Dentre os oito Pólos, o da região das Cuestas foi o que teve maior crescimento relativo de cobertura florestal Atlântica e o da região do Vale do Ribeira de Iguape, o que mais reduziu suas florestas.

TABELA N° 1

## Variação da cobertura florestal Atlântica nos pólos ecoturísticos das Cuestas e Vale do Ribeira de Iguape

| Região das Cuestas        | Área (ha) | População<br>2000 | Aumento<br>cobertura flor.<br>90-95 (ha) | Redução<br>cobertura flor.<br>90-95 (ha) | Saldo (ha) |
|---------------------------|-----------|-------------------|--|--|------------|
| Piracicaba                | 13.718    | 329.158           | 93                                       | -36,6                                    | 56,4       |
| Botucatu                  | 148.640   | 108.306           | 228,2                                    | -200,3                                   | 27,9       |
| São Pedro                 | 61.970    | 27.897            | 0  | -25,6                                    | -25,6      |
| Brotas                    | 110.430   | 18.886            | 230,8                                    | -118,5                                   | 112,3      |
| São Carlos                | 114.390   | 192.998           | 133,3                                    | -41,7                                    | 91,6       |
| Sta. Rita do Passa Quatro | 75.490    | 26.138            | 0  | 0  | 0          |
| Analândia                 | 32.750    | 3.582             | 278,8                                    | 0  | 278,8      |
| Rio Claro                 | 49.990    | 168.218           | 41,3                                     | -2,9                                     | 12,3       |
| Araras                    | 64.510    | 104.196           | 234,8                                    | -28,3                                    | 206,5      |
| TOTAL                     | -         | -                 | 1.240,2                                  | -480                                     | 760,2      |

  

| Vale do Ribeira do Iguape | Área (ha) | População<br>2000 | Aumento<br>cobertura flor.<br>90-95 (ha) | Redução<br>cobertura flor.<br>90-95 (ha) | Saldo (ha) |
|---------------------------|-----------|-------------------|--|--|------------|
| Apiáí                     | 94.920    | 27.162            | 964,8                                    | -1.679,2                                 | -714,4     |
| Iporanga                  | 116.270   | 4.562             | 65,7                                     | -697,2                                   | -631,5     |
| Eldorado                  | 166.030   | 14.134            | 1.687,4                                  | -1.902,7                                 | -215,3     |
| Jacupiranga               | 70.990    | 17.041            | 2.204                                    | -1.190,4                                 | 1.013,6    |
| Registro                  | 71.790    | 53.752            | 504,4                                    | -3.749,7                                 | -3.245,3   |
| Iguape                    | 198.540   | 27.427            | 876,8                                    | -6.237                                   | -5.360,2   |
| Ilha Comprida             | 18.890    | 6.704             | 0  | 0  | 0          |
| Cananéia                  | 124.450   | 12.298            | 106                                      | -323                                     | -217       |
| Pariquera-açu             | 36.050    | 17.649            | 185                                      | -1.059,2                                 | -874,2     |
| TOTAL                     | -         | -                 | 6.594,1                                  | -16.838,4                                | -10.244,3  |

Fonte: SOS/INPE/ISA, 1998.

O que se conclui é que, no Estado de São Paulo, a maioria das estâncias balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, bem como, grande parte dos municípios localizados nos pólos de ecoturismo não estão conseguindo manter ou ampliar suas áreas de Mata Atlântica. No geral as estâncias tiveram uma redução de 2.028 hectares de florestas e os municípios localizados nos pólos ecoturísticos a perda chegou a 13.980 hectares. Isso não significa, obviamente, que o aproveitamento do patrimônio natural e das amenidades rurais seja o responsável pela degradação florestal. Ao contrário, em várias estâncias e municípios que são pólos ecoturísticos os empreendimentos que dependem diretamente do patrimônio natural contribuem, não somente, para a conservação ambiental, como também, geram novas oportunidades de emprego e de renda. São, portanto, importantes trunfos ao desenvolvimento.

A explicação mais provável para a redução da cobertura florestal nesses municípios é que, apesar do avanço do turismo sustentável, o conjunto de atividades que degradam o ambiente é maior e mais vantajoso do que o conjunto das atividades que promovem a sua conservação.

## 2. OS PÓLOS CONSERVACIONISTAS

Está cada vez mais evidente que o desenvolvimento de certas regiões rurais depende muito mais das possíveis maneiras de tornar rentável a conservação do patrimônio natural e cultural, do que da exploração dos velhos atributos baseados na exploração da fertilidade dos solos, ou no aproveitamento de vantagens de localização industrial (VEIGA, 2000).<sup>15</sup> É óbvio, porém, que o aproveitamento econômico das “amenidades” não surge ao acaso, depende, em grande parte, da existência de condições institucionais que estimulem o “empreendedorismo”. A “saída”, portanto, seria estimular um tipo É óbvio que o aproveitamento econômico das “amenidades” não surge ao acaso, depende da existência de condições institucionais que estimulem o “empreendedorismo”. de empreendedorismo capaz de gerar empregos e, simultaneamente, conservar os recursos naturais. Mas será que isso é possível?

Analisando-se os municípios paulistas com maior densidade de microempresas e empresas de pequeno porte nota-se que muitos deles tiveram um acentuado crescimento populacional na última década, o que é absolutamente previsível. Mas o fato curioso, ou mesmo surpreendente, é que alguns desses municípios conseguiram manter ou até ampliar a sua cobertura florestal Atlântica. Identifica-se claramente a existência de “manchas”, ou concentrações geográficas de municípios que combinam: elevados índices de empreendedorismo, aumento da cobertura florestal e crescimento populacional. Essas concentrações são aqui chamadas de

pólos conservacionistas.

No estado de São Paulo foram identificados cinco pólos conservacionistas localizados na região das Cuestas, na região do Circuito das Águas, na Serra do Mar e litoral norte e nas regiões de entorno das rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Fernão Dias (Figura nº1). Nos 38 municípios que integram os pólos o aumento da cobertura florestal Atlântica entre 1990 e 1995 foi de 4.829 hectares e a redução de 232 hectares; 30 municípios ou 79% do total apresentam densidades de empreendimentos superiores à mediana do estado (37,5); e todos eles tiveram crescimento populacional na última década (Tabela nº2).

A explicação mais provável para esses números é o tipo de ocupação territorial que vem predominando nessas regiões: uma combinação de unidades de conservação, de propriedades agrícolas com certificação ambiental e, em muito maior escala, a ocupação pelas mais variadas modalidades de turismo no meio rural: ecoturismo, agroturismo, chácaras de lazer e outras modalidades que dependem da conservação da natureza.

TABELA Nº 2

## Municípios que compõem os cinco pólos conservacionistas

| Município  | Var. populacional<br>1990-2000 % | População 2000/<br>empresas | Var. Cobertura<br>1990-1995 (ha) |
|--|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| <b>REGIÃO DAS CUESTAS</b>                                  |                                  |                             |                                  |
| Águas de São Pedro   | 8,7                              | 9,6                         | 0                                |
| Analândia  | 18,5                             | 29,1                        | 278,8                            |
| Brotas   | 31,0                             | 30,3                        | 122,5                            |
| Corumbataí   | 20,3                             | 33,0                        | 38,5                             |
| Dourado  | 11,1                             | 21,1                        | -74,2                            |
| Ipeúna   | 60,0                             | 33,2                        | 48,1                             |
| Itirapina  | 28,6                             | 46,4                        | 3516,0                           |
| São Pedro  | 38,1                             | 27,8                        | -25,6                            |
| <b>CIRCUITO DAS ÁGUAS</b>                                  |                                  |                             |                                  |
| Águas de Lindóia   | 35,3                             | 20,5                        | 0                                |
| Amparo   | 18,6                             | 29,2                        | 0                                |
| Itatiba  | 31,2                             | 28,0                        | 37,3                             |
| Jarinu   | 62,5                             | 31,6                        | 5,3                              |
| Lindóia  | 28,9                             | 26,3                        | 0                                |
| Morungaba  | 20,8                             | 17,2                        | 0                                |
| Serra Negra  | 9,8                              | 21,1                        | 0                                |
| Socorro  | 6,1                              | 24,5                        | 0                                |
| Taiuti   | 20,5                             | 33,3                        | 0                                |
| <b>REGIÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS</b>                       |                                  |                             |                                  |
| Atibaia  | 28,6                             | 28,8                        | 42,2                             |
| Caieiras   | 81,3                             | 61,2                        | 33                               |
| Piracaia   | 21,0                             | 28,2                        | 54,9                             |
| Joanópolis   | 26,9                             | 30,6                        | -15,9                            |
| Igaratá  | 31,7                             | 54,4                        | 137,2                            |
| <b>SERRA DO MAR E LITORAL NORTE</b>                        |                                  |                             |                                  |
| Caraguatatuba  | 49,1                             | 29,2                        | -56,1                            |
| Guararema  | 21,8                             | 21,6                        | 76,9                             |
| Ilha Bela  | 53,2                             | 25,9                        | 0                                |
| Lagoinha   | 7,0                              | 53,3                        | 243,5                            |
| Natividade da Serra  | 7,5                              | 65,5                        | 0                                |
| Paraibuna  | 14,1                             | 36,5                        | 75,8                             |
| Santa Branca   | 26,4                             | 47,2                        | 16,3                             |
| São Luis do Paraitinga                                     | 5,0                              | 36,4                        | -10,7                            |
| Ubatuba  | 40,2                             | 27,4                        | 22,6                             |
| <b>REGIÃO DAS RODOVIAS CASTELO BRANCO E RAPOSO TAVARES</b> |                                  |                             |                                  |
| Araçoiaba da Serra   | 35,9                             | 31,2                        | -20,8                            |
| Boituva  | 47,9                             | 29,1                        | -13,5                            |
| Iperó  | 81,4                             | 57,6                        | -15,2                            |
| Itapevi  | 50,4                             | 75,2                        | 5,1                              |
| Porto Feliz  | 23,1                             | 35,0                        | 0                                |
| São Roque  | 16,6                             | 33,6                        | 74,1                             |
| Sorocaba   | 30,5                             | 33,8                        | 0,9                              |

## Mais cobertura florestal

Em uma das mais completas obras já escritas sobre a história da ocupação do “domínio da Mata Atlântica”,<sup>16</sup> Warren Dean (1997)<sup>17</sup> mostra que o ciclo do café sucedido pelo crescimento das indústrias, particularmente na cidade de São Paulo, e pela expansão da malha ferroviária – que tinham a lenha e o carvão vegetal como matriz energética – foram os principais responsáveis pela derrubada das florestas.

Entre 1990 e 1995 a cobertura florestal heterogênea no Estado de São Paulo foi reduzida em 3,6%, passando de 1.858.959 para 1.791.559 hectares (SOS/INPE/ISA, 1998).<sup>18</sup> Mas o fato surpreendente é que 86 municípios paulistas – 51 rurais, 19 ambivalentes e 16 urbanos – conseguiram ampliar suas áreas de florestas heterogêneas. Juntos, totalizaram um acréscimo de 14.309 hectares, ou quase 0,8 % do total da mata existente nesses municípios em 1995.

É interessante notar que a maioria desses municípios não é estância turística e não integra os pólos ecoturísticos, com exceção dos municípios litorâneos. Todavia, as investigações de campo têm comprovado que uma das explicações para o aumento da cobertura florestal em boa parte desses municípios é o crescimento das atividades que promovem o aproveitamento econômico das amenidades rurais e do patrimônio natural. Os outros fatores são: a legislação e a fiscalização mais rigorosas e a retração da agricultura familiar, que leva ao abandono de áreas anteriormente cultivadas.

## Crescimento populacional

Em geral, a degradação das florestas e da biodiversidade é provocada pelo crescimento populacional, que força a ocupação de áreas naturais, e pela expansão da agricultura especializada, a qual substitui a diversidade original por um número muito reduzido de espécies de interesse comercial (NORGAARD, 1997).<sup>19</sup>

Mas, no Estado de São Paulo, não há evidências de que a redução da cobertura florestal no período de 1990 a 1995 tenha sido provocada pela pressão populacional. O que ocorreu foi justamente o contrário do esperado: dos 36 municípios rurais paulistas que tiveram aumento de população superior a 31% – o que corresponde ao dobro da média brasileira de crescimento no mesmo período –, 10 confirmaram a expectativa e reduziram a cobertura florestal, 22 mantiveram os mesmos níveis, e quatro tiveram suas áreas de florestas ampliadas. No caso dos municípios ambivalentes<sup>20</sup> a situação é ainda mais inusitada: dos 15 municípios nos quais a população cresceu mais do que o dobro da média brasileira, apenas quatro reduziram a cobertura florestal, sete mantiveram e outros quatro ampliaram as áreas com cobertura.

A análise do outro extremo da tabela de variação populacional, isto é dos 36 municípios rurais<sup>21</sup> mais esvaentes<sup>22</sup> também contraria as expectativas: 21 diminuíram sua cobertura florestal, 13 mantiveram-na inalterada e apenas dois ampliaram-na. Portanto, os municípios que mais perderam população na década passada são também os que mais reduziram a cobertura florestal entre 1990 e 1995.<sup>23</sup>



O que também chama a atenção é que dos 86 municípios paulistas que ampliaram a cobertura florestal Atlântica entre 1990 e 1995, apenas oito tiveram redução da população. Os outros 78 conciliaram crescimento demográfico e manutenção ou ampliação da cobertura florestal. Destes, 19 fazem parte dos pólos conservacionistas. Obviamente esses resultados são insuficientes para contestar as principais teses que relacionam pressão antrópica e degradação da cobertura florestal, mas, no período estudado, fica evidente que o tipo de ocupação e as estratégias de desenvolvimento foram muito mais decisivos para a conservação dos recursos florestais e, portanto, da biodiversidade, do que a simples variação dos níveis populacionais.

### Mais empreendedorismo

Os empreendedores são os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao identificarem as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles expandem as fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços (VEIGA, 1999).<sup>24</sup>

No estado de São Paulo a densidade mediana de empreendedorismo municipal<sup>25</sup> é de 37,5, isto é, uma pequena ou microempresa (PME) para cada 37,5 habitantes. Em 187 municípios rurais e 58 ambivalentes o número de PME por habitante superava a mediana estadual. Quando se analisa a variação da cobertura florestal desses municípios no período de 1990 a 1995 os resultados não são animadores. Dos 187 municípios rurais, 96 diminuíram as áreas de florestas, 64 mantiveram e apenas 27 ampliaram. Nos 58 ambivalentes a situação é semelhante: 28 perderam cobertura, 23 mantiveram e apenas sete ampliaram. A ampliação da cobertura florestal nos 245 municípios rurais e ambivalentes foi de 8.942 hectares e a redução chegou a 22.430 hectares.

Entretanto, se selecionarmos os 10 municípios rurais e ambivalentes mais empreendedores do estado a situação da cobertura florestal no período de 1990 a 1995 já é mais favorável: dois perderam cobertura, sete mantiveram e um ampliou. Uma investigação mais detalhada nesses municípios mostrou que, em três deles, tanto a elevada densidade de empreendimentos como a conservação da cobertura florestal, estão diretamente relacionados ao aproveitamento econômico do patrimônio natural. Em quatro municípios há uma situação semelhante, porém o número de empresas que promovem o aproveitamento turístico do patrimônio natural é bem menor do que nos três primeiros. E em outros três municípios a explicação para o elevado empreendedorismo não tem qualquer relação com a exploração econômica do patrimônio natural.

Os municípios de Águas de São Pedro,<sup>26</sup> Serra Negra<sup>27</sup> e Águas de Lindóia<sup>28</sup> são estâncias hidrominerais que recebem visitantes atraídos pelas suas fontes de águas consideradas terapêuticas. Nos três, predominam empresas de serviços receptivos diretamente ligadas ao turismo: agências, pousadas, hotéis, colônias de férias, bares, restaurante, pesqueiros, haras, comércio de artesanato etc. Em Morungaba, Campina do Monte Alegre, Dourado e Juquitiba o aproveitamento das amenidades é menos expressivo, mas é interessante notar que muitas das empresas recém criadas estão relacionadas à exploração do turismo sustentável no meio rural, particularmente ao ecoturismo. Outra característica marcante desses municípios é que seus governantes apostam muito mais no turismo e na valorização das heranças naturais como vetor de dinamização econômica do que na produção, transformação e exportação de bens primários.

O que há em comum entre os municípios que têm a exploração das amenidades rurais como base do empreendedorismo é que todos estão localizados em regiões que conseguiram manter seus atrativos paisagísticos ou naturais. Há, portanto, indícios de que, nesses municípios, as atividades que dependem da conservação da natureza tornaram-se mais vantajosas do que aquelas que promovem a sua degradação.

### CONCLUSÃO

O ideal de um desenvolvimento mais sustentável apóia-se, basicamente, no tripé formado pela equidade social, crescimento econômico e conservação ambiental. Todavia, as estratégias estatais de conservação da natureza limitam-se, tradicionalmente, ao estabelecimento de áreas legalmente protegidas ou unidades de conservação. Apesar de sua inegável importância, hoje se sabe que esta estratégia é insuficiente para garantir a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, não apenas pela limitada abrangência geográfica, como também, pelas dificuldades do estado em destinar recursos para a manutenção e fiscalização dessas áreas.

O conjunto de evidências reunidas neste artigo indica que a criação de empresas que dependam diretamente do aproveitamento econômico do patrimônio natural, particularmente as empresas que promovem o turismo no meio rural, pode ser uma importante estratégia para a conservação ambiental e para a geração de empregos. Tais constatações sugerem que os esforços governamentais poderiam ser orientados ao estabelecimento de condições institucionais favoráveis a esse tipo de empreendedorismo, ainda incipiente no país.

Entretanto, a conclusão mais importante que se pode depreender desta investigação é que isoladamente, o turismo sustentável pouco contribui para a conservação do patrimônio natural e para o desenvolvimento local ou regional. Os resultados são muito mais expressivos quando essas atividades se concentram em determinadas regiões, como é o caso dos pólos conservacionistas identificados no Estado de São Paulo. Há nesses territórios uma rara e virtuosa combinação entre conservação ambiental e crescimento econômico, a qual indica um importante caminho em direção ao ideal de um desenvolvimento mais sustentável.

### NOTAS

1 BAIROCH, Paul. Victoires et déboires: histoire économique et sociale du monde du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours. Paris: Gallimard, 1997. Apud VEIGA, José Eli da Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 28., 2000. Anais... Campinas, 12-15 de dezembro de 2000. 1 CD-ROM p. 4.

2 VEIGA, José Eli da. Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 28., 2000. Anais...

Campinas, 12-15 de dezembro de 2000. 1 CD-ROM p. 5.

3 ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão, 702. p. 2.

4 GALSTON, William A.; BAEHLER, Karen J. Rural development in the United States: connecting theory, practice and possibilities. Washington D.C.: Island Press, 1995.

5 VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999. Anais... Belém, 8-10 de dezembro de 1999. v. 2, p. 14.

6 GALSTON, William A.; BAEHLER, Karen

J. (1995) op. cit., p. 20. 7 ABRAMOVAY, Ricardo (2000) op. cit., p. 7.

8 VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 72.

9 Id. ibid., p. 92.

10 VEIGA, José Eli da.; Arilson FAVARETO; Gerson BETTENCOURT et al.. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/ CNDRS/NEAD,2001. Convênio FIPE – IICA p. 13.

11 SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 43-98, maio, 1997.

12 CAMPANHOLA, Clayton. A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano. Apud. TEXTO oito: a sustentabilidade do novo rural Brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. Campinas, out., 2001.

13 SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. Santa Catarina, 1998. Versão revisada do trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Santa Maria (RS) de 27 a 29 de maio de 1998.

14 MAGALHÃES, Guilherme Wendel de (coord.). Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão. São Paulo: Terragraph, 2001.

15 VEIGA, José Eli. Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28. Campinas, 2000. Anais... Campinas, 12-15 de dez., 2000. 1 CD-ROM.

16 O chamado Domínio da Mata Atlântica incorpora as seguintes formações vegetais: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude e brejos interioranos (CAPOBIANCO, João Paulo (Org.) Dossie da Mata Atlântica 2001. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/Rede Nordeste de Ecologia, 2001. p. 7).

17 DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

18 FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA. Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995. São Paulo: Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais, 1998. p. 49. 19 NORGAARD, Richard. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, Edward O. (Ed.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 261-268, 1997. p. 261.

20 VEIGA, José Eli da.; Arilson FAVARETO; Gerson BETTENCOURT et al.. (2002) op. cit. propõe que sejam considerados municípios rurais os que apresentam população de até 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km<sup>2</sup>; os ambivalentes são aqueles com população entre 50 e 100 mil habitantes ou população inferior a 50 mil habitantes, mas com densidade demográfica superior a 80 habitantes por km<sup>2</sup>; os demais municípios são considerados urbanos.

21 Apenas os municípios rurais foram analisados, pois nenhum município paulista ambivalente perdeu população no período de 1990 a 2000. Foram selecionados 36 municípios por se tratar do mesmo número de municípios rurais paulistas que tiveram aumento populacional superior ao dobro da média nacional.

22 VEIGA, José Eli da; FAVARETO, Arilson; BETTENCOURT, Gerson et al.. (2001) op. cit., consideram esvaentes os municípios que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas).

23 Certamente seria interessante comparar a variação populacional de 1990 a 2000 com a variação da cobertura florestal no mesmo período. Todavia, os dados sobre a cobertura florestal do período 1995 a 2000 estão em fase final de sistematização pela Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

24 VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, Belém, 8 a 10 de dez.,1999. Anais... Belém, p.1301-1318, 1999.

25 Calculado a partir de bases de dados do SEBRAE e o do IBGE.

26 Informações fornecidas pelo Sr. Luis Antonio de Mitry Filho, Prefeito do Município de Águas de São Pedro e pelo Sr. Silvio Cezar Corrente, Secretário da Administração em entrevista realizada no dia 03 de maio de 2002.

27 Informações fornecidas pelo Sr. Idenir Augusto S. Perondini, Secretário de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Serra Negra em entrevista realizada no dia 21 de junho de 2002.

28 Informações fornecidas pelo Sra. Liziane Machado, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, em entrevista realizada no dia 22 de junho de 2002.

\* Engenheiro Agrônomo. Mestre e Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Diretor de Extensão do Campus Senac São Paulo.

Artigo premiado em 1º lugar – Categoria Interna – do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: eduardoehlers@sp.senac.br.

Recebido para publicação em: 17/02/2004.